

Sobre os mecanismos de divulgação públicos e o fomento à agricultura familiar: o comparativo entre duas fontes de informações disponibilizadas pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes

On public disclosure mechanisms and the promotion of family agriculture: a comparison between two sources of information made available by the municipality of Campos dos Goytacazes

Ivan Souza de Abreu

Mestre em Sociologia Política pela UENF

Edson Terra Azevedo Filho

Doutor em Sociologia Política pela UENF. Professor da UENF

Resumo: O presente artigo possui como objetivo central apresentar um comparativo entre dados que versam a respeito das políticas públicas de desenvolvimento rural em Campos dos Goytacazes presentes em duas fontes distintas: o Cadastro do Produtor Rural e o Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. A primeira consiste em uma base de dados elaborada a partir de uma parceria entre a prefeitura local e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, apresentando informações detalhadas sobre 4.063 agricultores familiares estabelecidos na localidade. Tal base - que possui caráter de censo - foi desenvolvida entre 2011 e 2015, tendo sido revisada nos anos de 2017 e 2018. Em paralelo, as informações coletadas no site oficial da prefeitura correspondem ao período entre 2010 e 2020. Partindo disso, as políticas públicas verificadas foram: Feira da Roça, Mais Leite, Mais Frango, Defesa Sanitária e Patrulha Rural. Os resultados obtidos a partir do comparativo indicam que há contraste entre as informações presentes. Sendo assim, não tendo a possibilidade de indicar a interferência política nos resultados, um campo de estudo sobre o tema surge a partir das conclusões deste trabalho.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Transparência.

Abstract: The central objective of this article is to present a comparison between data on public policies for rural development in Campos dos Goytacazes present in two different sources: the Rural Producer Registry and the Official Portal of the Municipality of Campos dos Goytacazes. The first consists of a database developed from a partnership between the local city hall and the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (the latter through an extension project), presenting detailed information on 4,063 family farmers established in the locality. This database - which has the character of a census - was developed between 2011 and 2015, and was revised in 2017 and 2018. In parallel, the information collected on the official website of the municipality corresponds to the period between 2010 and 2020. Based on this, the verified public policies were: Feira da Roça, Mais Leite, Mais Frango, Defesa Sanitária, and Patrulha Rural. The results obtained from the comparison indicate that there is a contrast between the information present. Thus, without the possibility of indicating political interference in the results, a field of study on the theme arises from the conclusions of this work.

Keywords: Family Farming. Public Policies. Transparency.



1 Introdução

A agricultura familiar é um dos ramos presentes no cerne das atividades agrícolas. Como coloca Altafin (2007), ainda que não seja uma temática necessariamente nova, ela passa a ganhar relevância a partir do momento em que ela se torna eixo central de movimentos sociais e políticas desenvolvidas pelo governo. Aliado a isso, Schneider (2003) destaca que a difusão do comércio é notável em dois momentos: primeiro, os movimentos do sindicalismo rural que se propunham a manifestar a liberalização do comércio, a fraca disponibilidade de crédito aos trabalhadores rurais e a queda dos preços agrícolas; e, por fim, a legitimação da agricultura familiar como forma integral de atividade agrícola com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996. Soma-se a isso a criação da lei 11.326 de julho de 2006, que define oficialmente essa categorização.

Tendo em vista essas conquistas, pode-se presumir que existe a busca da própria classe dos agricultores por questões particulares, como o reconhecimento da categoria nos meandros da sociedade, especialmente os grupos menores dentro do próprio universo dos pequenos produtores. De maneira concomitante, Wanderley (2017) indica que há trabalhadores do campo que se caracterizam por sua produção familiar que vivem em situação de grande dificuldade, especialmente no que diz respeito a gerar renda a partir da atividade agrícola. Apesar disso, a autora ressalta que é importante apontar as características sociais e institucionais que se mostram limitantes de seu desenvolvimento e, junto a isso, faz com que seja preciso refletir a respeito das maneiras que esses atores vêm a se desenvolverem para que possam continuar existindo.

Celestrino *et al.* (2017) colocam que partindo das experiências de não adequação às exigências do mercado, somadas aos critérios existentes para que os produtores consigam acesso às políticas públicas voltadas a seu nicho, são fatores que impedem a competitividade desses atores. Nesse sentido, coloca-se ainda que

independentemente da dimensão existente no tocante à exploração e da capacidade produtiva do agricultor familiar, a necessidade de se adaptar ao mercado competitivo e as suas exigências são os principais fatores que suprimem a competitividade do grupo. Soma-se a isso a forma como são elaboradas as políticas de desenvolvimento rural, muitas vezes seguindo justamente a lógica do mercado – que, como visto, tem sido impeditiva para os produtores familiares.

Dessa maneira, baseado no contexto apresentado e acrescentando a maneira como os dados públicos são apresentados, o seguinte trabalho tem como objetivo central realizar um comparativo entre duas fontes de dados elaboradas pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e, a partir deles, verificar o acesso dos agricultores às políticas públicas de fomento à categoria desenvolvidas no próprio município. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho se dá, inicialmente, pela escolha do método de abordagem. Segundo a definição de Marconi e Lakatos (2003), método de abordagem se refere aos mecanismos utilizados para representar as partes que possuem maior teor de abstração dentro do trabalho, mais especificamente aquela voltada à discussão em torno dos dados encontrados. Dito isso, o método selecionado para o desenvolvimento do presente artigo é o indutivo que, na perspectiva de Pereira (2018), se caracteriza pela elaboração de generalizações derivadas de uma realidade ou resultado concreto, sendo elas formuladas de acordo com a análise de quem desenvolve o tratamento dos dados.

A justificativa para a escolha, baseada na observação feita por Castilho, Borges e Pereira (2011), se dá pela possibilidade de acumular informações específicas da dita realizada concreta que, ao serem acumuladas, podem vir a ter alta validação. As diretrizes para a utilização do método indutivo, na visão de Marconi e Lakatos (2003), devem seguir duas premissas: analisar casos distintos que sejam similares ao que está sendo pesquisado; e considerar que nesse comparativo haja uma certa regularidade entre os eventos

analisados, abrindo a possibilidade de verificar um cenário de expectativa que seja, no mínimo, próximo dos outros contextos observados.

No tocante aos métodos de procedimento – que Marconi e Lakatos (2003) definem como aquele que será responsável por dar corpo a parte prática do trabalho, sendo a referência para a escolha das técnicas de captação das informações – se fez a opção de escolher pelos métodos comparativo e estatístico. O primeiro, de acordo com Mazucato (2018), entende-se como a ferramenta utilizada para se trabalhar com um ou mais grupos que exibem fenômenos similares. De maneira complementar, Castilho, Borges e Pereira (2011) estabelecem que o método também permite que sejam verificadas as similaridades e os contrastes entre os elementos observados na pesquisa. Sua escolha se dá, por isso, devido a forma que se adequa a proposta do método indutivo, tendo em vista que parte da utilização de materiais antecedentes para se ter uma compreensão geral do problema analisado. Para tanto, são utilizados trabalhos de outros autores de natureza próxima ou igual ao que se propõe o artigo para a realização da comparação.

O método estatístico, segundo Marconi e Lakatos (2003), pode ser definido como um recurso voltado para o estabelecimento de descrições quantitativas dos grupos sociais. Essas descrições vêm a ser analisadas por via de técnicas matemáticas como porcentagens, média aritmética, média ponderada, moda e outras. Como alegação para seu uso, usa-se a descrição dada por Köche (1997) que versa sobre sua utilização enquanto uma ferramenta permissiva à criação de juízo de valor a partir de como as variáveis irão se relacionar, levando-se em consideração a teoria utilizada para dar escopo ao trabalho.

No tocante às técnicas de pesquisa, a principal utilizada para se obter as informações necessárias é a documentação indireta. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), este recurso se desenvolve principalmente na pesquisa de literatura (seja verificação de

documentos a dados limitados, escritos ou não), podendo ser definidos como fonte principal – os dados primários, aqueles compilados pelo próprio autor. A principal fonte se trata um banco de dados nomeado como *Cadastro do Produtor Rural (CPR)*: por ele se entende uma base de dados com caráter de censo originada a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sendo esta última atuando por meio do projeto de extensão de título "*Diagnóstico de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para o município de Campos dos Goytacazes (RJ)*", tendo seu trabalho de coleta de informações correspondente ao período entre 2011 e 2015, passando por atualizações no ano de 2017, de forma a ser mais compatível com as informações presentes no Censo Agropecuário, finalizado no mesmo ano. Durante a execução da coleta foi definido que o município seria dividido por Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR) para uma melhor visualização das informações e por permitir que as necessidades e características de cada zona rural fossem melhor verificadas. Para tanto, definiu-se que existem (até a altura em que foi realizado o trabalho de obtenção dos dados para a formulação do cadastro) sete ADRs. O projeto percorreu todo o município, a fim de verificar as condições sociais, econômicas e espaciais dos agricultores familiares, e identificou a existência de 4.063 pessoas que vivem da produção familiar. Entretanto, devido à ausência de algumas informações que dizem respeito a quais ADRs onde alguns produtores familiares se localizavam, foram contabilizados 4.025 que possuíam informações completas. A variável utilizada para análise proposta no trabalho foi a pergunta "*Participa de algum programa?*" presente no CPR.

Ainda sobre as fontes primárias utilizadas para a pesquisa – ou seja, aquelas compiladas com o intuito de serem usadas como referências para servirem de embasamento teórico e comparativo, dado os métodos de abordagem e procedimento utilizados – foram as notícias presentes no *Portal Oficial da Prefeitura Municipal de*

*Campos dos Goytacazes*¹, referentes ao período de 2011 e 2020 (que se enquadram no recorte temporal do desenvolvimento do CPR), especificamente aquelas que tratavam sobre a divulgação dos programas de fomento à agricultura familiar desenvolvidos no município.

No que diz respeito a fontes secundárias, foram verificados trabalhos de outros pesquisadores com abordagens semelhantes à realizada aqui. O intuito foi trazer observações que complementem a análise proposta, sobretudo no tocante às dificuldades e sucesso das relações entre os produtores familiares, o Estado e o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem ou venham a trazer melhorias para a categoria. A hipótese norteadora do trabalho é a de que há pouca convergência entre os dados apresentados em cada uma das bases de informações. Dito isso, a estrutura do trabalho é apresentada na ordem de: referencial teórico, metodologia, discussões e resultados, além das considerações finais.

2 As questões e desafios em torno do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar

Na literatura que versa sobre o ambiente rural, especificamente no Brasil é colocado que uma de suas principais características é a heterogeneidade, pensando em cada região de maneira individual. Tal diferenciação, como expõe Nunes *et al.* (2015), vem se refletir no *modus operandi* da produção familiar. As particularidades presentes em cada área do país, especialmente aquilo que se refere a infraestrutura estritamente ligada ao modo de produção rural, fazendo com que seu desenvolvimento e continuidade de trabalho seja altamente desproporcional nos campos social e econômico, criando dessa maneira essas singularidades. Nesse sentido, foi estabelecida uma ideia que tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, a redução das

¹ Portal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes: <https://www.campos.rj.gov.br/>

desigualdades a partir do desenvolvimento e da implantação de políticas territoriais que levem em consideração as particularidades de cada região para, assim, alcançar o progresso e a organização da agricultura familiar.

Embora, como observado, haja preocupação em torno dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares quanto à evolução de sua atividade, bem como a implementação de programas que sejam específicos para o fomento visando seu desenvolvimento, aparecem outros aspectos que se mostram conflitantes perante essa lógica. Oliveira (2015), partindo desse pressuposto, disserta que o modelo de desenvolvimento estabelecido pelos países latino-americanos passou a ser concentrado nos grandes centros (capitais e regiões metropolitanas), fazendo com que o capital financeiro, empresas e população não se mostrem atraídos pelas áreas interioranas e foquem suas ações nas principais regiões. Logo, o autor reflete sobre a tamanha dualidade existente nesse processo:

Como consequência observam-se nitidamente duas situações diametralmente opostas em termos de acesso a políticas públicas e desfrute das condições de cidadania: a das áreas essencialmente urbanas das metrópoles e grandes cidades de um lado; a das áreas essencialmente rurais dos territórios formados por pequenos aglomerados urbanos, remotos e com baixa densidade populacional, de outro. E é nesse segundo ambiente onde está inserida a maior parte da agricultura familiar, o que se conclui que ela se realiza nas mais precárias condições de cidadania, onde estão ausentes políticas públicas que assegurem condições mínimas de bem-estar social (OLIVEIRA, 2015, p. 220).

Tendo em vista que os investimentos acabam por estarem concentrados nos grandes centros urbanos – processo apoiado de maneira vigorosa pelos governos latino-americanos – se cria um cenário de precariedade nas áreas rurais dos países das Américas do Sul e Central não apenas no que tange ao crescimento e ao desenvolvimento da atividade agrícola, mas sobre o acesso a serviços públicos considerados essenciais para o exercício da cidadania, como os voltados à assistência e à saúde. Nessa perspectiva, Abaunza (2015) destaca que o dito processo se

ênfatisa tendo em vista as limitações quanto aos métodos utilizados para se realizar o planejamento social e a elaboração de polítics públicas setoriais nesses países. Isto faz com que o crescimento nacional médio não venha a abordar aspectos como inclusão, sustentabilidade e equidade. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de realizar uma adaptação compatível às características de cada região presente em um país e nisto se incluem as áreas rurais e grupos sociais específicos, a exemplo de indígenas, mulheres, jovens e os próprios agricultores familiares.

A falta de empenho dos governos em tratar com maior atenção as regiões dos países em que se localizam de acordo com suas particularidades tem como resultado o desenvolvimento de polítics públicas com escopo extremamente restrito. Sob esse viés, Celestrino *et al.* (2017) ênfatisam que a demanda de mercado insuficiente aliada a polítics voltadas ao desenvolvimento agrícola insuficientes faz com que a manutenção do produtor dentro do sistema e sua competitividade perante ao mercado sejam limitadas. Os autores salientam que, independentemente da capacidade produtiva e da extensão dos ativos, há necessidade de adaptar-se às regras do mercado e, portanto, às suas exigências regulatórias. Sendo assim, o viés excludente, apresentado na formulação de polítics públicas voltadas ao desenvolvimento rural, é fortemente presente na mentalidade daqueles que vêm a elaborá-las.

Dentro dessa lógica, os compromissos do Brasil a nível internacional passam a ser ampliados para o fortalecimento da agricultura familiar. Pensando no protagonismo – sobretudo pela relevância no setor agrícola –, Heberlê (2017) coloca que o governo brasileiro veio a fazer uma convocação de diversos órgãos governamentais para debater a questão. Essa iniciativa tem a possibilidade de criar um cenário favorável, visto que abre espaço para o diálogo em nível nacional e regional, fazendo com que haja fortalecimento no que se refere às trocas de experiências e a identificação dos problemas em comum. Ainda que não seja um processo simples, pode permitir que a partir das trocas possa vir a

existir uma possível nova agenda junto de um ineditismo sobre os caminhos institucionais.

3 A transparência governamental e seu papel informador

Seguindo a lógica estabelecida pela discussão anterior, segue-se para outro elemento fundamental para a evolução e desenvolvimento das políticas públicas: a transparência. Dos Santos Allegretti e Platt Neto (2010) propõe que a transparência governamental se trata de um dos elementos básicos da gestão fiscal responsável, podendo ser considerada como obrigatória e fundamental na governança pública contemporânea. Sendo assim, o Brasil tende a acompanhar a tendência mundial – incentivada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir do lançamento do Código de Boas Práticas para Transparência Fiscal – a partir da legislação que busca uma gestão pública responsável e transparente. Dessa forma, o uso da internet, como mecanismo de promoção da transparência, surge a partir da delimitação do Art. 48º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determinando que haja ampla divulgação aos instrumentos utilizados para desenvolver a transparência, passando inclusive pela exposição a partir de meios eletrônicos de acesso público.

Partindo dessa premissa, Martins e Véspoli (2018) dissertam que esse recurso se faz necessário para que haja condição de se acessar todas as informações referentes a gestão pública. Tais informações são todos os documentos, atos oficiais e decisões tomadas pelo governo que não sejam classificados como sigilosos; transparência é, ao final, o mecanismo que permite a qualquer cidadão compreender e saber como, quando e os motivos que fazem o dinheiro público ser gasto. Os autores complementam dizendo que locais como o Portal da Transparência assumem a importância por seu papel informador e, por consequência, contribuir com o exercício da cidadania para com o cidadão.

Apesar disso, Duarte (2007) coloca que as mudanças no tocante a desenvolver mecanismos que permitam maior transparência sobre as ações governamentais não parecem ter despertado alguma espécie de sentimento coletivo e valorização da cidadania, no que se refere à representação democrática. Na perspectiva do autor, o cidadão possui a tendência de considerar os governos como algo não necessariamente relacionado à sua vida e, conseqüentemente, vem a se tornar um tanto descrente no tocante à política e às formas dos governantes tentarem gerar o interesse público sobre o que está sendo feito. Parte dessa falta de formação política deve-se a um combinado entre a escassez de oportunidades de participar de muitos dos processos, a desinformação e o próprio descrédito sobre a gestão pública.

Dessa maneira, a centralidade em torno da transparência está ligada não apenas a garantia de direito à informação, mas como de diálogo. Duarte (2009) elabora que esse processo diz respeito à oportunidade de se identificar com mais exatidão as características e necessidades, além de poder vir a ser um recurso para que se desenvolva um maior estímulo à participação ativa dos cidadãos dentro do processo democrático. Logo, o autor ressalta que esse elemento não está apenas ligado a tudo que envolve o aparato estatal. Sua importância se dá para os partidos políticos, as ações governamentais, as empresas públicas, os movimentos sociais, o terceiro setor e – sob certas circunstâncias, como destaca – as empresas privadas.

Sob o ponto de vista dos problemas que a transparência e a comunicação pública apresentam, Matos (2006) destaca que nessa discussão – originando-se do princípio da dimensão crítica dos meios de comunicação – identifica-se uma certa dificuldade pouco exploradas a respeito do tema que é a função da programação da mídia que, partindo do princípio que volta-se para uma resposta da audiência, tem-se um distanciamento quanto a prestação de contas, uma vez que a formatação de questões de interesse público e seus agendamentos não são explicados para a dita audiência. Além disso,

a autora coloca que encetando da concepção de que a comunicação pública – e, por isto, a comunicação política e a transparência – se baseia em uma concepção instrumental que pode ser um conjunto de normas e de técnicas usadas por políticos e governantes para manipular a opinião pública, sua estratégia tende a abordar a sociedade pela vida da propaganda institucional e, por vezes, ideológica – sendo estas não muitas vezes fáceis de serem identificadas.

4 Resultados e discussões

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa.

4.1 A análise das informações presentes no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Tendo em vista os elementos apresentados no referencial teórico, estabelece-se aqui a apresentação dos resultados e o debate sobre o alcance das políticas públicas de desenvolvimento rural desenvolvidas no município e a maneira como são divulgadas a partir do *Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes*. As políticas públicas verificadas a partir do comparativo entre as informações disponíveis no citado portal e o Cadastro do Produtor Rural foram: *Patrulha Rural, Mais Leite, Mais Frango, Merenda Escolar, Feira da Roça e Capacitação Rural*.

O processo de captação dessas informações permitiu que se verificasse uma nítida dicotomia no que tange como estavam dispostas as informações nas duas principais fontes públicas verificadas. Em primeiro lugar, vale citar que inicialmente havia sido feita a opção de se utilizar documentos e publicações oficiais presentes no Diário Oficial do Município, nas diretrizes da Lei Orgânica Municipal, os termos e diretrizes dos programas estudados e outros documentos oficiais, junto das informações presentes em portais de transparência. Apesar disso, as buscas se

mostraram insatisfatórias devido à dificuldade de se obter as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Por isto, ainda que em um cenário ideal o Portal de Transparência e o Diário Oficial fossem as fontes mais adequadas, optou-se pelo *Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes*. Sobre o último, consiste em um veículo oficial da prefeitura local em que são divulgadas as principais ações e as iniciativas desenvolvidas no município por meio de uma espécie de noticiário. Além disso, a página disponibiliza atalhos para que outros elementos associados ao governo local possam ser acessados como os já citados Portal de Transparência e Diário Oficial, além dos sites da Secretaria de Fazenda, uma aba que trata sobre licitações, o portal de acesso aos servidores públicos municipais e às câmeras de vigilância do município podendo ser verificadas ao vivo. As buscas acabaram por mostrarem-se mais positivas nessa fonte e foram identificadas 170 notícias que versavam sobre os programas e as políticas pesquisados, sendo a exceção a Defesa Sanitária. Este levantamento documental trouxe a possibilidade de se obter as informações mais próximas daquilo que a pesquisa necessitava.

Dito isso, dentre todos os programas, o primeiro a ser analisado é o Patrulha Rural. Na perspectiva de Almeida (2018), a política é caracterizada como um programa que tem o objetivo de promover subsídios a agricultores por meio da utilização de máquinas e de serviços técnicos prestados por funcionários que foram designados pela prefeitura para o exercício das atividades. O objetivo central, mais especificamente, é promover ações de limpeza em canais, ajudar no preparo do solo, realizar a abertura de bebedouros a animais e prestar suporte da logística de vendas partindo do transporte de insumos e alimentos para o mercado local. Os maquinários em si são distribuídos de acordo com as necessidades e demandas de cada localidade.

Sobre as notícias verificadas a respeito do programa localizadas no Portal Oficial, as identificadas foram publicadas entre o período que corresponde a abril de 2014 e maio de 2015. Os

procedimentos relacionados ao projeto, segundo o que foi consultado, foram relacionados a preparação do solo visando o plantio dos principais alimentos cultivados pelos agricultores da região com a utilização de quarenta tratores, a partir da realização de um acordo firmado com empresas que vencerem a licitação para ceder os equipamentos requeridos para a realização do programa (Notícia 01); a manutenção de um canal no distrito de Lagoa de Cima – especificamente o Canal da Água Fria, juntamente com a desobstrução de 130 km de canais localizados no município (Notícia 02); e, ao final, a disponibilização de equipamentos para contribuir na alimentação de animais, especialmente o gado (Notícia 03)².

O segundo programa verificado é o Mais Leite, que consiste em um projeto realizado pelo próprio município que tem o objetivo de fomentar os produtores leiteiros da localidade a partir da disponibilização de tecnologia voltada para o exercício da atividade, junto da promoção cursos de capacitação realizados por profissionais de extensão atuantes no município. As atividades se desenvolvem a partir de parcerias com empresas que vêm a atuar enquanto prestadoras de serviço para a prefeitura, enquanto para a última fica a responsabilidade do atendimento. Dentre as empresas parceiras da iniciativa, encontra-se o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que participa do programa a partir da realização de visitas técnicas aos produtores participantes (ALMEIDA, 2018, p. 42).

No que diz respeito às informações disponíveis sobre o programa localizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, foram encontradas apenas cinco notícias publicadas entre o período de dezembro de 2013 e março de 2016. A partir da análise das mesmas, verificou-se que as principais atividades divulgadas foram: abertura para o cadastramento novas vagas para o projeto, totalizando trezentos novos cadastros (Notícia 04); uma apresentação os protótipos dos *kits*

² As informações para o acesso às notícias do Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, citadas e analisadas nesta pesquisa, foram organizadas no apêndice deste artigo (Nota do Editor).

disponibilizados pelo programa e quais produtos estariam contidos nos mesmos (Notícia 05); a apresentação da parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), junto da definição de quais localizações receberiam os *kits* disponibilizados pelo programa (Notícia 06); a entrega dos *kits* aos moradores do Assentamento do Incra, localizado na Baixada Campista (Notícia 07); e, por fim, a distribuição de kits na região norte do município (Notícia 08).

A Defesa Sanitária é uma iniciativa que visa a fiscalização de produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, a capacitação e a orientação de agricultores para melhorar sua produção, oferecendo cursos de curta duração. Um dos principais objetivos desta ação é o desenvolvimento agrícola e a oferta de insumos rotulados, partindo da disponibilização do selo de qualidade VISA – da própria Vigilância Sanitária (ALMEIDA, 2018, p. 42). Nenhuma informação a respeito do programa foi encontrada nas notícias disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura sobre as iniciativas do projeto.

O programa Mais Frango, segundo Almeida (2018), está focado principalmente no aumento da renda dos produtores familiares, desenvolvendo atividades voltadas à formação dos produtores interessados em participar da iniciativa, promovendo o acompanhamento técnico e a contribuição para o estabelecimento de mini granjas. Em suma, o programa visa ajudar a refinar a produção avícola realizada por agricultores familiares locais.

Nas pesquisas pelo Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, verificou-se a presença de 24 notícias que tratavam do programa Mais Frango publicadas no período entre março de 2012 a outubro de 2015. Todavia, tendo em vista que o volume das informações coletadas foi alto, tomou-se a iniciativa de destacar algumas das ações realizadas em torno do programa para uma melhor disposição no texto. Dessa forma, se tem: disponibilização de uma linha de crédito no valor de R\$ 12.000,00 para o programa pela Fundação de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM); a criação das chamadas Unidades de Capacitação dos Pequenos

Produtores Rurais, disponibilizando cursos voltados a gestão de negócios (Notícia 06); o oferecimento de infraestrutura para produtores cadastrados no programa a partir da concessão de uma mini granja, 1.700 pintinhos e implementos agrícolas (Notícia 08); a apresentação do Mais Frango e do Mais Crédito, este último tendo atendido 275 clientes e concluído 44 operações de crédito que totalizaram R\$ 5.914.962,53 (Notícia 09); a disponibilização de cursos de capacitação de níveis básico e avançado a partir de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), respectivamente (Notícia 10); a formação da primeira turma de capacitação de nível básico e o início das atividades voltadas ao nível avançado (Notícia 11); e a reestruturação da granja modelo criada pelo programa em uma iniciativa da Secretaria de Agricultura (Notícia 12).

A Merenda Escolar é uma proposta que se executa a partir da compra de produtos que serão introduzidos na merenda escolar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As diretrizes do programa estabelecem que cerca de 30% dos alimentos que deverão estar presentes no cardápio escolar tenham sua origem na produção familiar. A obtenção desses produtos, de acordo com o verificado por Almeida (2018), se estabelece da seguinte forma:

Este tipo de compra ocorre através de chamada pública, havendo dispensa à licitação. Para participar da chamada pública os agricultores têm que apresentar a DAP de pessoa física individualmente, ou de pessoa jurídica para fornecimento em grupo. Os alimentos da Merenda Escolar atrelados ao PNAE são adquiridos com a verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e fundamentado nas leis federais 8.666/93 e 11.947/09 (ALMEIDA, 2018, p. 42).

Dessa maneira, fica estabelecido que o processo de aquisição dos alimentos que irão compor a merenda escolar é realizado a partir da execução de chamadas públicas, cuja pessoa física que venha a apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) se mostra apta a participar. Além disso, as verbas provenientes do FNDE são utilizadas pelo município para a compra dos alimentos. Ao

que se refere às informações coletadas no portal da prefeitura local, foram divulgadas 25 notícias entre abril de 2010 e setembro de 2019, destacando-se as seguintes: a primeira discussão sobre as compras do município a partir das novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 11.947/2009 que passou a exigir os 30% da compra dos alimentos diretamente da agricultura familiar (Notícia 12); o planejamento para aquisição de alimentos realizado em uma parceria entre Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação (Notícia 13); a criação da Lei Municipal 8.334 que prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar em consonância com as exigências do PNAE (Notícia 14); a previsão do PNAE ser implementado no município ainda no ano de 2014 (Notícia 15); a elaboração do cardápio da merenda escolar municipal para melhor organizar a aquisição dos gêneros alimentícios (Notícia 16); a divulgação dos resultados atingidos pelo programa da Merenda Escolar (163 escolas, 79 creches e duas entidades da rede educacional beneficiadas) (Notícia 16); a liberação da venda por parte de produtores de leite para a Merenda Escolar (Notícia 17); e a abertura da última chamada pública divulgada em 2019 (Notícia 18).

A Feira da Roça se estabelece como uma das mais antigas políticas de fomento à agricultura familiar desenvolvidas pelo município. Almeida (2018) discorre que o projeto teve seu início no ano de 1991 e conta com sete locais de vendas distribuídos no perímetro municipal. Além da disponibilização e organização de espaços voltados especificamente para colaborar com o comércio dos produtores rurais, o projeto tem como objetivo disponibilizar transporte para colaborar com a logística dos produtores, sobretudo para aqueles que comercializam nos bairros/distritos de Farol de São Tomé, Turfe Clube, Parque Leopoldina, IPS, Jardim Carioca, Centro e Parque Tamandaré. Junto disso, procura subsidiar os participantes do projeto com materiais voltados para a preparação dos solos e orientação técnica. Em relação a oferta dos produtos, a responsabilidade fica a cargo dos próprios produtores

cadastrados no projeto, sendo necessário apenas seguir os critérios de qualidade estabelecidos na normativa do programa – isto é, o oferecimento de produtos frescos e a não utilização de agrotóxicos para a produção dos mesmos.

Em continuidade à pesquisa documental, realizada a partir do verificado no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, as notícias relacionadas à Feira da Roça foram as mais presentes quando comparadas às relacionadas a outras políticas. No total, 110 foram publicadas entre fevereiro de 2010 e março de 2020. Apesar disso, grande parte do que foi divulgado se tratava de notas da Assessoria de Imprensa do município a respeito da existência de uma feira no Farol de São Tomé. Portanto, alguns dos relatos foram selecionados para melhor contextualizar as condições do programa. Dessa maneira, tem-se: o aspecto turístico da Feira da Roça na localidade de Farol de São Tomé, sendo uma atração de grande importância para a região (Notícia 19); o planejamento para melhorar a infraestrutura do projeto, especialmente promovendo a reforma das barracas (Notícia 20); a parceria firmada entre a Secretaria de Agricultura e Pesca junto à Secretaria de Saúde com o objetivo de cadastrar alguns participantes do projeto no Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador (Notícia 21); entrega das novas barracas aos feirantes cadastrados no programa (Notícia 22); o desenvolvimento das ramificações da Feira da Roça (Feira de Bairro e Feira do Interior) (Notícia 23); a criação de um trecho voltado para o estacionamento de veículos dos clientes da Feira da Roça e feirantes em um trecho da Rua Lacerda Sobrinho pela Empresa Municipal de Transportes (Notícia 24); a distribuição e instalação de tendas maiores (tamanho 6x6) na região do Farol de São Tomé (Notícia 25); ampliação da Feira da Roça no bairro de Goitacazes para 40 barracas (Notícia 26); a distribuição de 1,2 mil mudas pela Superintendência Municipal de Agricultura e Pecuária aos cadastrados na Feira da Roça que estão alocados em Goitacazes (Notícia 27); a Feira da Roça surgindo como uma alternativa ao desabastecimento de produtos agrícolas nos supermercados em

virtude da greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018 (Notícia 28), tendo grande movimento durante o período (Notícia 29); a distribuição de 1.400 mudas na Feira da Roça instalada na Praça da República (Notícia 30); distribuição de 1,5 mil mudas na Feira da Roça alocada em Farol de São Tomé (Notícia 31).

A Capacitação Rural, ao contrário das outras políticas públicas, se mostrou a mais dispersa no que diz respeito a ações desenvolvidas pelo município para melhorar e desenvolver a agricultura familiar local. Mais precisamente encontrou-se ações com essa mesma finalidade que já faziam parte da estrutura de programas existentes, como é o caso da Patrulha Rural, do Mais Leite e Mais Frango – todas visam promover também a capacitação para os agricultores cadastrados. Somado a isso, identificou-se outros projetos que foram promovidos por entidades não necessariamente ligadas à prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, como é o caso do Curso Técnico em Fruticultura do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)³, os cursos de Agricultura Familiar e Operação de Maquinário Agrícola do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campos)⁴ e o curso de Apicultura desenvolvido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea)⁵.

Após a verificação das informações presentes no portal da prefeitura, se identifica que a maioria das ações desenvolvidas no município dizem respeito à promoção de assistência técnica visando o melhor desenvolvimento das atividades pelos produtores rurais. Em relação a transparência, na pesquisa aqui realizada e na observação de Almeida (2018) evidencia-se que as informações a

³ Mais informações sobre o Curso Técnico em Fruticultura, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), estão disponíveis em: <http://etec.senar.org.br/curso/curso-tecnico-em-fruticultura/polos-presenciais/>. Acesso em 07 out. 2022.

⁴ Mais informações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estão disponíveis em: www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/capacitacao/noticias/pronatec-campo-leva-ensino-e-qualificacao-ao-meio-rural-fluminens-e-2506.

⁵ Mais informações sobre o curso de capacitação sobre apicultura, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) estão disponíveis em: <http://www.inea.rj.gov.br/parque-estadual-do-desengano-promove-curso-de-capacitacao-sobre-apicultura/>

respeito do âmbito legal dos projetos são escassas, por vezes não encontradas. Muitas das páginas verificadas que tratavam dos projetos em questão estão indisponíveis atualmente, criando um problema tanto a falta de transparência, a falha na comunicação, além de provocar um problema referente à preservação histórica.

4.2 As informações coletadas do Cadastro do Produtor Rural e o comparativo com as informações presentes no Portal da Prefeitura

A partir do panorama apresentado no tópico anterior, se traz aqui as informações do *Cadastro do Produtor Rural* que dizem respeito à participação dos agricultores familiares nas políticas públicas apresentadas até aqui. Ressalta-se que algumas informações presentes se referem ao interesse dos produtores de participar de algumas delas, o que gera uma conclusão de que durante a coleta de dados alguns dos programas aqui destacados possivelmente estavam em fase de transição (no que se refere ao cadastramento) ou planejamento, sendo esses elementos possíveis justificativas para os resultados encontrados. Dito isso, a Tabela 1 apresenta em números frios os dados coletados dessa base de dados sobre os agricultores e a participação dos mesmos nessas políticas.

Tabela 1. Participação dos agricultores familiares em programas de fomento à categoria

Programas	Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR)						
	ADR 1	ADR 2	ADR 3	ADR 4	ADR 5	ADR 6	ADR 7
Patrulha Rural	293	430	544	266	634	380	487
Mais Leite	0	0	0	0	0	0	0
Defesa Sanitária	171	244	84	79	279	55	118
Mais Frango	0	0	0	0	0	0	0
Merenda Escolar	0	7	52	10	8	14	8
Feira da Roça	3	3	15	51	21	19	21
Capacitação Rural	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, a política com maior participação dos agricultores familiares residentes do município é a Patrulha Rural, apresentando cerca de 75,4% dos produtores presentes no cadastro como participantes do programa. Este quantitativo se mostra coerente quando comparado com as ações divulgadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes a respeito do programa. No tocante aos programas Mais Leite e Mais Frango, o resultado se mostrou bastante curioso. Ao passo que foram divulgadas muitas ações relacionadas a ambas no portal da prefeitura, o cadastro mostrou um resultado contraditório ao não apresentar nenhum cadastrado. Dessa maneira, abre-se margem para questionar se o programa realmente necessitava de cadastro ou se houve alguma falha no momento da elaboração do CPR no momento de coletar essa informação.

A Defesa Sanitária apresenta no CPR cerca de 25,59% dos cadastrados participantes da citada política. Mesmo que o número de agricultores presentes seja expressivo na base de dados, a falta de informações públicas a respeito das ações executadas pelo programa faz com que se crie um cenário de difícil verificação do quanto ela realmente impacta no desenvolvimento rural do município. A Merenda Escolar, por outro lado, apresenta os índices mais baixos de participação, com apenas 2,46% dos cadastrados participando. Alia-se a isso o pouco de informação apurada no portal da prefeitura e torna-se uma situação difícil compreender qual o verdadeiro panorama da merenda escolar pensando na participação dos agricultores familiares locais. Neste elemento cabem maiores discussões para outros trabalhos, especialmente porque o município pode adquirir alimentos de produtores familiares de outras localidades.

Por fim, tem-se a mais antiga das políticas públicas que é a Feira da Roça, apresentando aproximadamente 3,30% dos cadastrados como participantes da iniciativa. O baixo número de participantes pode ter relação com o número pequeno de pontos disponibilizados ao redor do município. Além disso, tendo em vista

o que foi noticiado, poucas foram as ações verificadas no sentido de expandir o programa para outras áreas de Campos dos Goytacazes.

Esse panorama indica que, em certa medida, há um conflito de informações generalizado quando comparados os dados coletados em ambas as fontes. Junto disso, coloca-se que pensando exclusivamente na transparência o Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, em suma, tem seu foco voltado quase que exclusivamente a servir como um elo entre os interesses da prefeitura e a população. O principal ponto, no entanto, se dá em torno da forma como essas informações são dispostas e, dado o cenário analisado, há uma falha nessa tentativa. As informações noticiadas acabam por não dizer muito sobre o que está sendo executado; quando verificadas, por exemplo, informações sobre cadastros nos programas executados no município não há grande detalhamento sobre como é feito o processo. Tal incoerência dificulta a realização de estudos mais precisos acerca do desenvolvimento das políticas públicas locais e abre margem para questionamentos sobre a transparência das informações públicas a respeito dessas iniciativas.

5 Considerações finais

Tendo como referência a literatura utilizada para tratar sobre as demandas da agricultura familiar e a transparência governamental, pode-se dizer que em um primeiro momento o que foi identificado está de acordo com as discussões. A prefeitura de Campos dos Goytacazes disponibiliza – em parte, algo que será discutido a seguir – informações sobre a maior parte das iniciativas de fomento à produção familiar de maneira que pode ser considerada acessível. As buscas por notícias a respeito da maior parte das políticas públicas no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes foram bastante simples e foi possível encontrar um número interessante de resultados a respeito do que foi pesquisado.

Todavia, cabe ressaltar que os pontos considerados positivos terminam nesta parte. Às informações presentes no Diário Oficial e Portal de Transparências que, em tese, seriam as melhores fontes para se realizar a pesquisa se mostraram pouco precisas dentro daquilo que se buscava pesquisar. Dessa maneira, o portal surgiu como uma alternativa a obter informações públicas e oficiais sobre os programas estudados. O grande problema é que as mesmas aparecem em forma de notícia, algo que não se mostrou preciso o suficiente para confirmar a execução adequada das políticas públicas.

Além disso, quando comparadas às informações das notícias com os dados presentes no Cadastro do Produtor Rural a pouca precisão se mostra ainda mais evidente, sobretudo nos momentos em que são colocados em paralelo quantitativos que dizem respeito ao número de participantes cadastrados nas iniciativas – algo que fica evidente, sobretudo, em relação aos programas Mais Frango e Mais Leite, além da ausência de informações sobre as ações da Defesa Sanitária. Mais ainda, retomando a leitura do que se foi discutido a respeito da confiança da população ante à política, pode-se dizer que a maneira como os mecanismos estão dispostos colaboram para que questionamentos sejam efetuados no que diz respeito à disponibilidade e precisão das informações, atenuando o problema em torno da transparência.

Ao final do trabalho, fica claro que, com base em tudo que foi analisado, a disponibilidade de informações sobre as atividades existentes em torno das políticas de fomento à agricultura familiar apresenta notáveis lacunas, gerando uma deficiência no que diz respeito à transparência. Embora o Cadastro do Produtor Rural forneça informações aproximadas sobre a participação dos agricultores nas políticas públicas de desenvolvimento agrário implementadas no município, o material público e de fácil acesso disponível sobre esses dados – no caso, aquele encontrado no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes – é pouco preciso. Elementos como interferência política e má estruturação

dos programas podem ser questões a serem consideradas diante do que foi verificado. Pensando nisso, apresenta-se aqui um campo de estudo que pode ser investigado com maior atenção nos próximos anos não apenas pensando nos programas voltados à agricultura, mas em outros aspectos como gastos públicos, análise de processos de licitações, dentre outros.

Referências

ABAUNZA, Byron Miranda. Agricultura familiar: ruralidad, territorios y políticas públicas en América Latina. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública**. Brasília: IICA, 2015. p. 55-61. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.23). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

ALLEGRETTI, Daiane dos Santos; PLATT NETO, Orion Augusto Platt. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 26, p. 79-95, 2010.

ALMEIDA, Thiago Chagas de. **Políticas públicas de fomento à Agricultura familiar: uma análise das iniciativas locais em Campos dos Goytacazes/RJ (2015 – 2016)**. 2018. 68 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BALLOU, Ronald. **Logística del transporte**. Barcelona: Editorial UPC, 2010.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica**. Goiás: Ulbra, p. 10-11, 2011.

CELESTRINO, Renan Borro *et al.* Novos olhares para a produção sustentável na agricultura familiar: avaliação da alface americana cultivada com diferentes tipos de adubações orgânicas. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 66-87, 2017.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. *In*: LOPES, Boanerges (org.). **Gestão em comunicação empresarial: teoria e técnica**. Juiz de Fora: Produtora Multimeios, 2007, p. 63-71. v. 1.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In*: _____. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-70.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira *et al.* Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro 100. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Pablo Luiz; VÉSPOLI, Bianca de Souza. O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. **Revista de Administração do UNIFATEA**, v. 6, n. 6, 2013. Disponível em: <https://fatea.br/seer3/index.php/RAF/article/view/680>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MATOS, Heloisa Helena Gomes de. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, v. 3, n. 4, p. 58-73, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138911>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MAZUCATO, Thiago *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5324848/mod_resource/content/1/Metodologia-MAZUCATO%28Org%29.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

NUNES, Emanuel Márcio *et al.* Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303009>.

OLIVEIRA, Humberto. Agricultura Familiar: Repensando as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública**. Brasília: IICA, 2015. p. 219-223. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.23). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Franja Periférica", "Pobres do Campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, v. 1, p. 474, 2017.

Sobre os autores

Ivan Souza de Abreu

Graduou-se em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É mestre em Sociologia Política pela UENF. Desde 2016, está envolvido em estudos sobre a agricultura familiar no município de Campos dos Goytacazes, com ênfase na distribuição da produção agrícola.

Email: ivansouzaabreu@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2306-8190>

Edson Terra Azevedo Filho

Graduou-se em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutor em Sociologia Política pela UENF. É Professor Associado no Laboratório de Engenharia de Produção (LEPROD) e Diretor Administrativo na incubadora de empresas Tec Campos, ambos vinculados à UENF.

Email: edsonterrafilho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4071-5150>

Histórico

Recebido em: 01/04/2022. Aprovado em: 09/05/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Apêndice - Notícias analisadas no Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Notícias analisadas no Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes			
	TÍTULO	DATA	AUTOR
01	Mutirão da Patrulha Rural para solo para pequenos produtores	09/04/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24511		
02	Patrulha Rural atua na manutenção de canal em Lagoa de Cima	15/08/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27009		
03	Patrulha Rural: Limpeza do Canal do Quitunguta	23/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27154		
04	Patrulha Rural: apoio a produtores da Baixada e Santa Maria	02/02/2015	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29683		
05	Expoagro: Agricultura apresenta protótipo do kit Mais Leite	06/07/2014	Liliane Barreto
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26239		
06	Conselho de Agricultura define localidades que receberão kits do Mais Leite	11/12/2015	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=33891		
07	Prefeitura entrega container do Kit Mais Leite na Baixada	02/04/2016	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35206		
08	Mais Frango vai oferecer infraestrutura aos produtores	21/05/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25363		
09	Mais Frango e Mais Crédito apresentados em Santa Maria	30/05/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25646		
10	Mais Frango com inscrições abertas	04/06/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25741		
11	Mais Frango: formada primeira turma para início da capacitação	08/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26869		
12	Reunião define a compra da merenda escolar na região	10/04/2010	Eduardo Ribeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1021		
13	Agricultura e Educação firmam parceria para merenda escola	07/02/2012	Wesley Machado
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12116		

14	Lei autoriza PMCG comprar do agricultor familiar merenda escolar	07/05/2013	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414		
15	Programa de Merenda Escolar prestes a ser implantado	20/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27081		
16	Merenda escolar: cardápios variados e com qualidade garantida	30/08/2014	Nagyla Corrêa
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27305		
17	Produtores de leite vão poder vender para a merenda escolar	11/09/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27576		
18	Prefeitura abre nova Chamada da Agricultura Familiar para merenda escolar	27/08/2019	Renata Lourenço
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=54451		
19	Feira da Roça garantida no verão de Farol	25/11/2011	Regina de Oliveira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10646		
20	Novas barracas entregues a feirantes da Feira da Roça	18/03/2011	Regina de Oliveira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=6620		
21	Feira da Roça leva qualidade de vida aos bairros e interior	20/07/2021	Thábata Ferreira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522		
22	Feira da Roça atrai veranistas e moradores na orla do Farol	09/02/2010	-
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414		
23	Feira da Roça vai receber melhorias	04/06/2010	Eduardo Ribeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1912		
24	Emut demarca vagas para clientes da Feira da Roça	11/09/2012	Eduardo Ribeiro
	https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=15482		
24	Feira da Roça leva qualidade de vida aos bairros e interior	20/07/2011	Thábata Ferreira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522		
25	Feira da Roça com mais comodidade para o consumidor	11/01/2014	Verônica Nascimento
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22912		
26	Feira da Roça de Goitacazes é ampliada para 40 barracas	21/03/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=43676		
27	Distribuição de 1,2 mil mudas na Feira da Roça de Goitacazes	04/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=44903		
28	Feira da Roça é opção para os campistas em meio ao desabastecimento	25/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45559		

29	Feira da Roça lota novamente em meio à paralisação dos caminhoneiros	29/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45635		
30	Feira da Roça: 1.400 mudas foram distribuídas na Praça da República nesta sexta	09/11/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=48785		
31	Feira da Roça no Farol distribui 1,5 mil mudas neste sábado	04/11/2019	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50059		